

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA (ALF/URA), no uso da competência conferida pelo artigo 810, §3º, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º. INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas físicas:

Table with 3 columns: Nº PROCESSO, NOME, CPF. Rows include BRUNO MARTINS BICA, DAIANA SILVA FAGUNDES, FRANCIELLE FAGUNDES NEGRETTI, KETLYN GIMENEZ SOARES.

Art. 2º. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa física:

Table with 3 columns: Nº PROCESSO, NOME, CPF. Row: ENEDIR PINTO RAMIRES.

Art. 3º. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro da pessoa física nomeada no art. 2º, em razão de sua inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

Art. 4º. Os interessados deverão, mediante utilização de certificado digital, incluir seus dados cadastrais no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervententes no Comércio Exterior (sistema CAD-ADUANA), para fins de suas efetivações nos respectivos Registros Informatizados, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012, e ADE Coana nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 5º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINICIUS RIBEIRO MAGOGA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA STN/MF Nº 1.609, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso XXII do art. 1º da Portaria MF nº 285, de 14 de junho de 2018, Considerando o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF);

Considerando o disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso XXV do art. 36 do Anexo I do Decreto nº 11.344, de 1º de janeiro de 2023; e

Considerando o estabelecido na 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), válido para o exercício de 2022, aprovado pela Portaria STN nº 924, de 8 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado da União, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2022, com informações realizadas e registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI pelos órgãos e entidades da Administração Pública, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA

ANEXO

Table with columns: DESPESA COM PESSOAL, DESPESAS EXECUTADAS (LIMITE EM MESSES), TOTAL (LIMITE EM MESSES), RESCISAS EM. Rows include DESPESA BRUTA COM PESSOAL, DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL.

Fonte: SIAFI - SINCONTGEINF. Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, de nova redação nos termos do art. 2º do Decreto nº 11.344, de 1º de janeiro de 2023.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Roraima, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Amapá, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Mato Grosso do Sul, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Mato Grosso do Sul, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Mato Grosso do Sul, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Mato Grosso do Sul, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

Table with columns: DESPESAS EXECUTADAS (LIMITE EM MESSES), TOTAL (LIMITE EM MESSES), RESCISAS EM. Rows include DESPESA BRUTA COM PESSOAL, DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Distrito Federal, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário do Tesouro Nacional. RONALDA DA SILVA BALBE, Secretária Federal de Controle Interno.

UNião - Poder Executivo, Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Recursos da União para Espírito Santo, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Janeiro a Dezembro de 2022.



UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGUANTAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

ROF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	R\$ milhares			
	Saldo do Exercício Anterior	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	234.129.519	211.990.421	218.301.227	213.843.828
Em Operações de Crédito Externas	137.389.719	119.391.754	124.377.236	123.783.861
Em Operações de Crédito Internas	96.739.800	92.598.666	93.924.102	90.060.167
AOS MUNICÍPIOS (II)	30.444.394	27.932.683	29.216.669	30.879.271
Em Operações de Crédito Externas	22.311.793	19.761.617	20.827.142	21.760.328
Em Operações de Crédito Internas	8.132.601	8.171.066	8.389.527	9.118.943
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	38.736.754	35.469.134	33.653.192	32.129.828
Em Operações de Crédito Externas	30.743.667	28.330.134	26.966.246	25.952.466
Em Operações de Crédito Internas	7.993.087	7.138.999	6.686.945	6.177.361
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	34.179.495	29.627.759	29.542.333	29.019.312
FGT S - INDEB (1)	1.834.203	1.715.379	1.604.379	1.491.333
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	24.988.192	20.539.520	20.648.106	20.007.463
Prog. Fomento Agro. Pastoral - PRONAF/IB	22.230	20.961	20.972	21.437
Prog. Recuperação da Lavagem Cacaueira	902.303	935.026	962.703	984.791
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	2.726.912	2.641.388	2.491.698	2.451.780
AMOR - MP nº 2.155, de 23/06/2007	3.705.754	3.735.666	3.709.075	3.838.308
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) - (I + II + III + IV)	337.590.202	305.009.297	310.113.422	303.871.439
RECEITA CORRENTE E LÍQUIDA - RCL (VI)	1.062.419.048	1.137.731.621	1.247.128.737	1.253.427.307
% de TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	31,72%	26,83%	24,87%	24,26%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	637.511.429	682.638.973	748.277.242	752.056.384
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	573.760.286	614.385.875	673.449.518	676.830.746

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

ROF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	R\$ milhares			
	Saldo do Exercício Anterior	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Mobilização	629.827.179	1.560.118.683	1.560.118.683	1.560.118.683
Interna	626.619.482	1.550.465.686	1.550.465.686	1.550.465.686
Refinanciamento	626.230.963	1.479.193.629	1.479.193.629	1.479.193.629
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	156.012	70.279.913	70.279.913	70.279.913
Outras Internas - Operações de Crédito Externas	232.506	992.144	992.144	992.144
Outras Internas - Operações de Crédito Internas	8.192.062	232.506	232.506	232.506
Aporte em Empresas	0	0	0	0
Trocas e Demais Operações Internas	0	0	0	0
Externa	3.207.697	9.652.999	9.652.999	9.652.999
Refinanciamento	0	0	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0	0	0
Outras Operações Contratuais Externas	0	0	0	0
Contratual	3.207.697	9.652.999	9.652.999	9.652.999
Interna	0	0	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0	0	0
Outras Operações Contratuais Internas	0	0	0	0
Externa	3.207.697	9.652.999	9.652.999	9.652.999
Abertura de Crédito - Operações de Crédito Externas	3.207.697	9.652.999	9.652.999	9.652.999
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0	0	0
Outras Operações Contratuais Externas	0	0	0	0

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL
3º QUADRIMESTRE DE 2022
PORTARIA Nº 924, DE 8 DE JULHO DE 2021, DA STN, QUE APROVOU A 12ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

- 1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - ANEXO 1 - LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA "A"
 - Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
 - Definição dos itens integrantes do anexo de Despesas com Pessoal;
 - Movimento mensal dos últimos 12 meses nos itens de informação Despesas Liquidadas e Despesas Inscritas em RP Não Processados;
 - Excluem-se do demonstrativo os valores de Auxílio-Reclusão e Salário-Família, identificados por Natureza de Despesa Detalhada.

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo		Soma dos itens abaixo.
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	Grupo de Despesa	1 - Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	EXCETO 01 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar EXCETO 03 - Pensões do RPPS e do Militar EXCETO 34 - Outras Despesas de Pessoal - Terceirização
	EXCETUANDO-SE	
	Linha	Obrigações Patronais
	Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contêm em seus termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar
		08 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar
		17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar
		91 - Sentenças Judiciais
		92 - Despesas de Exercícios Anteriores
		94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
Obrigações Patronais	Grupo de Despesa	1 - Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	07 - Contribuição a Entidade Fechada de Previdência 13 - Obrigações Patronais
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 - Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909213 - Obrigações Patronais 31919213 - Obrigações Patronais 31909207 - Contribuição a Entidade Fechada de Previdência
Pessoal Inativo e Pensionistas	Soma dos itens abaixo.	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	Grupo de Despesa	1 - Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	01 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 - Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31901702 - Ajuda de Custo por Transferência do Militar para Inatividade Remunerada 31909109 - Sentença Judicial Parcela Única - Inativo Civil 31909112 - Sentença Judicial Parcela Única - Inativo Militar 31909115 - Sentença Judicial Não Transitada em Julgado - Inativo Civil 31909118 - Sentença Judicial Não Transitada em Julgado - Inativo Militar 31909123 - Precatórios - Inativo Civil 31909124 - Precatórios - Inativo Militar 31909128 - Sentença Judicial de Pequeno Valor - Inativo Civil 31909129 - Sentença Judicial de Pequeno Valor - Inativo Militar 31909201 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas 31909403 - Indenizações e Restituições Trabalhistas do Inativo Civil 31909414 - Compensações Pecuniárias - Lei nº 7.964/1989
Pensões	Grupo de Despesa	1 - Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	03 - Pensões do RPPS e do Militar
	MAIS (+)	

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

LDL - Lei nº 14.116, de 31/12/2020, art. 159

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = a - b + c + d + e	DESPESAS EMPENHADAS E NÃO LIQUIDADAS DO EXERCÍCIO (g)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (DEPOIS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (h) = f - g	DESPESAS NÃO LIQUIDADAS CANCELADAS OU INSCRITAS POR INCISORCINTEIRA (i)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores (b)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercício (e)				
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS ORDINÁRIOS (j)	246.716.416,06	6.171.762,309	41.804.706,891	15.723.368,492	12.844.887,800	189.971.728,648	65.969.445,697	114.002.282,951	0
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (k)	1.493.831.593,408	3.244.086,843	38.663.634,863	27.695.437,297	22.897.342,975	1.499.403.148,370	45.991.844,442	1.443.411.303,928	0
1. Recursos Vinculados à Educação	22.371.740,321	133.399,402	1.751.373,388	1.151.713,341	359,951	20.668.637,783	2.493.307,630	18.175.336,153	0
2. Recursos Vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	31.651.753,011	351.830,827	7.801.780,558	4.761.104,434	1.421.341,340	37.202.873,853	9.257.806,556	27.945.067,297	0
3. Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS)	1.215.156,909	468,681	1.441.261,432	2.598,448	153.485,391	-382.807,029	4.997,608	-387.804,637	0
4. Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS)	16.563.724,035	0	13.056.294,219	0	285,921	3.307.163,894	1.695.837,589	1.611.326,305	0
5. Recursos de Restos Financeiros Vinculados	10.931.628,903	862.273	0	44.503,533	322,366	10.886.596,568	22.447,866	10.864.148,702	0
6. Recursos da Dívida Pública	1.268.082.238,206	1.866.102,640	13.001,817	14.331.041,020	69.015,340	1.191.802.487,319	8.119.894,203	1.183.682.593,116	0
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	2.014.566,271	12,156	128,823	6.650,883	8.713,005	1.999.061,455	30.512,378	1.968.549,077	0
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais Estados, DF, Municípios, outros Fundos	32.100.663,071	0	0	699.742,316	0	31.400.920,755	25.090.318,721	6.310.602,034	0
9. Recursos Vinculados a Fundos, Orgãos e Programas	310.918.996,579	792.838,413	7.644.600,763	6.688.887,737	3.940.377,302	291.849.532,343	18.475.903,880	273.371.628,483	70
10. Outros Recursos Vinculados	37.902.245,986	6.760,751	130.692,588	9.190,793	10.400.826,843	20.354.749,907	8.018,519	20.346.731,387	0
11. Recursos a Classificar	73.878,070	0	0	0	10,183	73.867,887	0	73.867,887	0
TOTAL (l) = (j) + (k)	1.740.548.010,466	9.416,115	71.968.348,945	43.418.793,690	35.842.208,750	1.709.404.877,018	121.470.810,195	1.587.934.066,823	70

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

ROF - Anexo 6 (LRF, art. 48)

RECEITA CORRENTE E LÍQUIDA	VALOR	
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE E LÍQUIDA	1.253.427.307	
DESPESA COM PESSOAL		
PODER EXECUTIVO		
Despesa Total com Pessoal - DT P	236.677.002	18,882%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	475.048.949	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	451.296.502	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%	427.544.054	34,110%
DESPESAS DA UNIÃO COM O ANAFA		
Despesa Total com Pessoal - DT P	552.083	0,044%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001)*	2.118.292	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%	2.012.378	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%	1.906.463	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM O RORAIMA		
Despesa Total com Pessoal - DT P	419.131	0,033%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001)*	1.240.893	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%	1.178.848	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%	1.116.804	0,089%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL		
Despesa Total com Pessoal - DT P	12.386.881	0,988%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)*	27.575.401	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	26.196.631	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%	24.817.861	1,980%
DÍVIDA		
Divida Consolidada Líquida	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.193.373.366	414,33%
GARANTIAS DE VALORES		
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal nº 48/2007 - 60%	305.871.439	24,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal nº 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas	752.056.384	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00%
DISPONIBILIDADE E RESTOS A PAGAR		
Valor Apurado	121.470.510,159	1.779.664.828,938
Fonte: SLAFI - STN/CONT/GEINF		

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno



	Grupo de Despesa Natureza da Despesa Detalhada	1 - Pessoal e Encargos Sociais 31909110 - Sentença Judicial Parcela Única - Pensionista Civil 31909113 - Sentença Judicial Parcela Única - Pensionista Militar 31909116 - Sentença Judicial Não Transitada em Julgado - Pensionista Civil 31909119 - Sentença Judicial Não Transitada em Julgado - Pensionista Militar 31909136 - Precatórios - Pensionista Civil 31909137 - Precatórios - Pensionista Militar 31909130 - Sentença Judicial de Pequeno Valor - Pensionista Civil 31909131 - Sentença Judicial de Pequeno Valor - Pensionista Militar 31909203 - Pensões do RPPS e do Militar 31909220 - Pensão Indenização - Anistiados Políticos Civis 31909221 - Pensão Indenização - Anistiados Políticos Militares 31909406 - Indenizações e Restituições Trab. Pens. Militar
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	Grupo de Despesa Elemento de Despesa OU Conta Contábil	1 - Pessoal e Encargos Sociais 3 - Outras Despesas Correntes 34 - Outras Despesas de Pessoal - Terceirização 86332.00.00 - Despesas com Pessoal - Contrato de Gestão
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	Conta Contábil	86331.01.00 - Despesas com Pessoal a Executar - RGF (variação em relação ao mês de abertura 000/2022)
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	Soma dos itens abaixo.	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 - Pessoal e Encargos Sociais 94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas 23 - Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 - Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 - Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Decorrentes de Decisão Judicial	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 - Pessoal e Encargos Sociais 91 - Sentenças Judiciais 23 - Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 - Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 - Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Despesas de Exercícios Anteriores	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 - Pessoal e Encargos Sociais 92 - Despesas de Exercícios Anteriores 23 - Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 - Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 - Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Grupo de Despesa Fonte de Recursos Elemento de Despesa MAIS (+) Grupo de Despesa Fonte de Recursos Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 - Pessoal e Encargos Sociais 23 - Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 - Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 - Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor 01 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar 03 - Pensões do RPPS e do Militar 1 - Pessoal e Encargos Sociais 23 - Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 - Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 - Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor 05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar 08 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar 91 - Sentenças Judiciais 92 - Despesas de Exercícios Anteriores 94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		

Quanto à paginação do demonstrativo de Despesas com Pessoal, segue-se a seguinte metodologia:

DIVISÕES DO DEMONSTRATIVO		
União	UO - Poder UO - Órgão Máximo EXCLUINDO-SE Valores referentes ao GDF e dos ex-Territórios (Amapá e Roraima)	0 - Poder Executivo 34000 - Ministério Público da União 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
Governo do Distrito Federal	Unidade Orçamentária	73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal
Amapá	Plano Orçamentário (Código UO) Plano Orçamentário (Código UO) Plano Orçamentário (Código PO) Função de Governo Subfunção de Governo Programa de Governo	73113 - Recursos sob Supervisão do MPOG 73101 - Recursos sob Supervisão do MF 0004 - Território do Amapá 09 - Previdência Social 272 - Previdência do Regime Estatutário 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Roraima	Plano Orçamentário (Código UO) Plano Orçamentário (Código UO) Plano Orçamentário (Código PO) Função de Governo Subfunção de Governo Programa de Governo	73113 - Recursos sob Supervisão do MPOG 73101 - Recursos sob Supervisão do MF 0003 - Território de Roraima 09 - Previdência Social 272 - Previdência do Regime Estatutário 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ANEXO 2 - LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "B"
- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA	
Dívida Mobiliária	Soma dos itens abaixo.
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado - Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado - Longo Prazo 89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo 89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária - TDA/Curto Prazo 89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária - TDA/Curto Prazo
Critérios	



	<p>Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado (exceto operações intraorçamentária).</p> <p>Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1000001 (CFT-A (VL + CM + ENC) - Mercado); DP1500001 (NTN-D (VL + CM + ENC) - Mercado); DP1700001 (NTN-B (VL + CM + ENC) - Mercado); DP1800001 (NTN-P (VL + CM + ENC) - Mercado); DP2000001 (CFT-D (VL + CM + ENC) - Mercado); DP2300007 (NTN-F (VL + CM + ENC) - Mercado); DP2400001 (NTN-M (VL + CM + ENC) - Mercado); DP2600001 (NTN-I (VL + CM + ENC) - Mercado); DP2800001 (CFT-E (VL + CM + ENC) - Mercado); DP3000001 (CDP/INSS (VL + CM + ENC) - Mercado); DP3400001 (CP (VL + CM + ENC) - Mercado); DP5000001 (LFT-A (VL + CM + ENC) - Mercado); DP5500001 (LFT-B (VL + CM + ENC) - Mercado); DP5800001 (CTN (VL + CM + ENC) - Mercado); DP6100001 (NTN-A1 (VL + CM + ENC) - Mercado); DP1400001 (NTN-C (VL + CM + ENC) - Mercado); DP1200001 (CFT-B (VL + CM + ENC) - Mercado); DP9000001 (LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) - Mercado); DP8000001 (BTN/BIB (VL + CM + ENC) - Mercado); DP7000001 (LFT (VL + CM + ENC) - Mercado); DP6600001 (NTN-A6 (VL + CM + ENC) - Mercado); DP6300001 (NTN-A3 (VL + CM + ENC) - Mercado); DP6200001 (NTN-A2 (VL + CM + ENC) - Mercado)</p>
(-) Aplicações em Títulos Públicos	<p>11111.50.XX Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata</p> <p>-11111.50.05 Poupança</p> <p>-11111.50.11 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos CTU</p> <p>-11111.50.12 Resgate de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos CTU</p> <p>Critérios</p> <p>Tipo de Administração "3", "4", "5", "6" e "8" (Administração Indireta)</p> <p>Órgão EXCETO 25901 - "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"</p>
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	<p>89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado - Curto Prazo</p> <p>89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado - Longo Prazo</p> <p>89991.39.07 Dívida Mobiliária Interna BACEN - Curto Prazo</p> <p>89991.39.08 Dívida Mobiliária Interna BACEN - Longo Prazo</p> <p>Critérios</p> <p>Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB.</p> <p>Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1500010 (NTN-D (VL + CM + ENC) - BACEN); DP1800010 (NTN-P (VL + CM + ENC) - BACEN); DP2300010 (NTN-F (VL + CM + ENC) - BACEN); DP5500010 (LFT-B (VL + CM + ENC) - BACEN); DP7000010 (LFT (VL + CM + ENC) - BACEN); DP9000010 (LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) - BACEN); DP1700010 (NTN-B (VL + CM + ENC) - BACEN)</p>
Dívida Securitizada	<p>89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado - Curto Prazo</p> <p>89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado - Longo Prazo</p> <p>89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo</p> <p>89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo</p> <p>89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária - TDA/Curto Prazo</p> <p>89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária - TDA/Curto Prazo</p> <p>21211.02.02 Títulos da Dívida Agrária (TDA)</p> <p>22211.01.02 Títulos da Dívida Agrária (TDA)</p> <p>Critérios</p> <p>Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada (exceto para TDAs).</p> <p>Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP3100001 (TDA - Título da Dívida Agrária); DP3201031 (BNCC920116); DP3201032 (JUST920116); DP3201059 (NUCL910801); DP3201077 (SOVT910901); DP3201078 (SOVT911001); DP3201080 (SOVT920116); DP3201081 (SOVT911114); DP3201145 (SUMA920199); DP3201202 (LOYD960615); DP3201222 (SIBR950815); DP3201228 (EXTE960815); DP3201233 (Dívida Agrícola); DP3201250 (CVSA970101); DP3201256 (ESTA980601); DP3200001 (CSTN000115); DP3201272 (ESTH980815); DP3201271 (ESTI980815); DP3201262 (ESTG980615); DP3201260 (ESTF980615); DP3201259 (ESTA980625); DP3201258 (ESTB980601); DP3201390 (CSTN000116); DP3201378 (SUNA971115); DP3201368 (EXTE990115); DP3201362 (LOYD990115); DP3201299 (JSTN_A002); DP3201296 (UNIA990116); DP3201281 (ESTJ981215); DP3201280 (JSTN_A001); DP3201277 (CVSD970101); DP3201276 (CVSC970101); DP3201275 (CVSB970101); DP3201257 (ESTC980601)</p>
Dívida Mobiliária Externa	<p>89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo</p> <p>89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo</p>
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)	<p>21891.29.01 Resultado Negativo do BACEN - Balanço Apurado</p> <p>21891.29.02 Custos das Operações Cambiais e Reservas</p> <p>21894.29.02 Resultado Negativo do BACEN - Custo das Reservas</p> <p>21895.29.02 Resultado Negativo do BACEN - Custo das Reservas</p> <p>-11381.30.01 Resultado Negativo do BACEN - Balanço Apurado</p> <p>-11381.30.02 Resultado Negativo do BACEN - Custo das Reservas</p>
Dívida Contratual	
Dívida Contratual de PPP	Sem informação.
Demais Dívidas Contratuais	<p>21221.03.00 Empréstimos Externos - Em Contrato</p> <p>21211.03.01 Crédito Securitizado</p> <p>21211.03.03 Contratos de Empréstimos Internos</p> <p>21211.07.00 Empréstimos Recebidos Antecipadamente</p> <p>21214.03.01 Crédito Securitizado - Inter OFSS - Estados</p> <p>21214.03.03 Contratos de Empréstimos Internos - Inter Estados</p> <p>21215.03.01 Crédito Securitizado - Inter OFSS - Municípios</p> <p>21215.03.03 Contratos de Empréstimos Internos - Inter Municípios</p> <p>21251.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos</p> <p>21221.06.01 Débitos de Operações Especiais</p> <p>21231.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes</p> <p>21231.02.02 Financiamento para Construção de Imóveis Habitacionais</p> <p>21241.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes</p> <p>21254.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos - Inter Estados</p> <p>21255.01.03 Juros Pró-Rata sobre Empréstimos Internos - Inter Municípios</p> <p>22221.02.00 Empréstimos Externos - Em Contratos</p> <p>22211.02.00 Empréstimos Internos - Em Contratos</p> <p>21731.03.01 Instituições Financeiras</p> <p>21731.06.02 Instituições Não Financeiras</p> <p>21771.01.01 Instituições Financeiras</p> <p>21735.04.02 Instituições Não Financeiras</p> <p>22231.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente</p> <p>22231.01.02 Financiamentos para Construção de Imóveis</p> <p>21231.01.02 Financiamentos Internos</p> <p>22241.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente</p> <p>22731.03.01 Instituições Financeiras</p> <p>22771.01.01 Instituições Financeiras</p> <p>Critérios</p> <p>SF Lançamento P (Patrimonial)</p> <p>Para conta contábil 22731.04.01, é excluída a Unidade Gestora 170512 - Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)</p>
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	<p>63110.00.00 RP Não Processados a Liquidar</p> <p>63130.00.00 RPNP Liquidados a Pagar</p> <p>63151.00.00 RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto</p> <p>63152.00.00 RPNP a Liquidar em Liquidação Bloqueado</p> <p>63120.00.00 RPNP a Liquidar em Liquidação</p> <p>63210.00.00 RP Processados a Pagar</p> <p>52211.01.01 Originário do OGU</p> <p>52211.02.01 Antecipação - LDO</p> <p>52211.02.09 Anulação da Antecipação - LDO</p> <p>52212.01.01 Originário do OGU</p> <p>52212.01.03 Originário do OGU - Suplementação Automática</p> <p>52212.02.01 Créditos Especiais Abertos</p>



	<p>52212.02.02 Créditos Especiais Reabertos 52212.02.03 Créditos Especiais Reabertos - Suplementação 52212.03.01 Créditos Extraordinários Abertos 52212.03.02 Créditos Extraordinários Reabertos 52212.03.03 Créditos Extraordinários Reabertos - Suplementação 52219.01.00 Alteração do Quadro de Detalhamento das Despesas 52219.02.00 Alteração da Lei Orçamentária 52219.03.00 Dotação Transferida 52219.04.00 Cancelamento de Dotações 52219.01.01 Acréscimo 52219.01.09 Redução 52219.02.01 Acréscimo 52219.02.09 Redução 52219.03.01 Acréscimo 52219.03.09 Redução -62213.03.00 Crédito Empenhado Liquidado e Pago</p>
	<p>Critérios Ação de Governo 0005 - "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)".</p>
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	<p>21891.26.00 Entidades Credoras - Federais 22891.16.00 Obrigações Junto a Entidades Federais 22731.04.01 Instituições Financeiras</p>
	<p>Critérios ISF Lançamento P (Patrimonial) Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)" Conta Corrente Exceto "PF1705118"</p>
Passivos Reconhecidos por Insuficiência de Créditos/Recursos	<p>21311.04.00 Contas a Pagar Credores Nacionais 21314.04.00 Contas a Pagar Credores Nacionais - Inter Estados 21315.04.00 Contas a Pagar Credores Nacionais - Inter Municípios 21121.01.00 Benefícios Previdenciários 21141.98.00 Outros Encargos Sociais 21144.98.00 Outros Encargos Sociais - Inter Estados 21145.98.00 Outros Encargos Sociais - Inter Municípios 21111.01.01 Salários, Remunerações e Benefícios 22311.01.00 Fornecedores Nacionais 21411.99.00 Outros Tributos e Contribuições</p>
	<p>Critérios ISF Lançamento P (Patrimonial)</p>
DEDUÇÕES	
Ativo Disponível	
Depósitos do TN no BCB	<p>11111.02.XX Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional 11111.03.XX Conta Única - Subconta Fundo do RGPS 11111.04.XX Conta Única - Subconta Dívida Pública</p>
Depósitos à Vista	<p>11111.19.00 Bancos Conta Movimento - Demais Contas 11121.02.00 Bancos Conta Movimento - Bancos Oficiais no Exterior 11121.03.00 Bancos Conta Movimento - Bancos Locais no Exterior 11121.50.00 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Moeda Estrangeira 11121.52.00 Aplicações em Depósitos Realizáveis de Curtíssimo Prazo</p>
	<p>Critérios Órgão EXCETO 25901 - "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)" Unidade Gestora EXCETO 380916 - "Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE".</p>
Arrecadação a Recolher	<p>Os valores correspondem às conciliações das entradas na conta única no dia útil posterior ao encerramento do quadrimestre, separados em: Arrecadação IN-SRF 80/89, Outros e Pendência a Identificar.</p>
Haveres Financeiros	
Aplicações Financeiras	
Disponibilidades do FAT	<p>11121.XX.XX Caixa e Equivalentes em Moedas Estrangeiras 11111.19.XX Bancos Conta Movimento - Demais Contas 11111.50.09 Fundo de Aplicação Extramercado - FAT/FUNCAF/FNDE 11111.50.11 Aplic Finan Liquidez Imediata Recursos CTU 11241.01.XX Empréstimos Concedidos a Receber 11241.03.XX Operações Especiais 11351.07.XX Depósitos Especiais 11351.11.XX Depósitos Especiais no FAT no Banco do Brasil 11351.12.XX Depósitos Especiais no FAT no Banco do Nordeste 11351.13.XX Depósitos Especiais no FAT no BNDES 11351.14.XX Depósitos Especiais no FAT na Caixa Econômica 11351.15.XX Depósitos Especiais no FAT na FINEP 11351.16.XX Depósitos Especiais no FAT no Banco da Amazônia 11354.07.XX Depósitos Especiais - Estados 11355.07.XX Depósitos Especiais - Municípios 12111.03.XX Empréstimos e Financiamentos Concedidos 12121.05.XX Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão do TCU 12114.03.XX Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Estados 12115.03.XX Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Municípios 11111.50.14 Depósitos FAT BB 11111.50.15 Depósitos FAT BNB 11111.50.16 Depósitos FAT BNDES</p>
	<p>Critérios Unidade Gestora 380916 - "Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE".</p>
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	<p>23XXX.XX.XX Patrimônio Líquido 11121.51.00 Aplicações Financeiras - Fechamento de Câmbio -11111.02.XX Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional -11111.03.XX Conta Única - Subconta Fundo do RGPS -11111.04.XX Conta Única - Subconta Dívida Pública -11121.02.00 Bancos Conta Movimento - Bancos Oficiais Exterior -11121.03.00 Bancos Conta Movimento - Bancos Locais Exterior -11121.50.00 Aplicação Financeira Liquidez Imediata - Moeda Estrangeira -11121.52.00 Aplicação em Depósitos Realizáveis - Curtíssimo Prazo -11111.19.XX Bancos Conta Movimento - Demais Contas (para todas as UGs com exceção da 380916) -122XX.XX.XX Investimentos -123XX.XX.XX Imobilizado -124XX.XX.XX Intangível -125XX.XX.XX Diferido 11121.51.00 Aplicações Financeiras - Fechamento de Câmbio</p>
	<p>Critérios Tipo de Administração 07 - "Fundos" Órgão EXCETO 37904 - "Fundo do Regime Geral da Previdência Social" e 25915 - "Fundo Constitucional do Distrito Federal" Se exclui a Disponibilidade do FAT das contas 23XXX.XX.XX para se chegar às Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado.</p>
Recursos da Reserva Monetária	<p>Sem informação no SIAFI.</p>
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	<p>11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados 11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados</p>



	<p>11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados - Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados - Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados - Município</p> <p>Critérios Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF1705524 (Lei 9.496/97 (G1)); PF1705520 (Lei 9.496/97 (G3)); PF1705546 (Lei 9.496/97 - Resíduo (G1)); PF1705547 (Lei 9.496/97 - Resíduo (G2)); PF1705548 (Lei 9.496/97 - Resíduo (G3)); PF1705406 (MP 2.185/2001 (G3)); PF1705525 (MP 2.185/2001 (G1)); PF1705529 (MP 2.185/2001 (G2)); PF1705544 (MP 2.185/2001- Resíduo (G2)); PF1705545 (MP 2.185/2001- Resíduo (G3)); PF1705528 (Lei 9.496/97 (G2)); e TODAS com os termos "9.496/97" e "2.185/2001".</p>
Créditos da Lei nº 8.727/93	<p>11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados 11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados - Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados - Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados - Município</p> <p>Critérios Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 8.727/1993. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF 1705109 (Lei 8.727/93 (G3)); TN0000016 (Lei 8.727/93 - CRC); TN0000017 (Lei 8.727/93 - Banco do Brasil - Demais Credores); PF1705109 (Lei 8.727/93); PF 1705536 (Lei 8.727/93 (G2)); e TODAS com o termo "8.727/93" na descrição.</p>
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	<p>11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados 11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados - Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados - Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados - Município</p> <p>Critérios Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros). Identificados pela Entidade no Conta Corrente que contenham os seguintes termos: PF1705104; PF1705117; PF1705521; PF1705534; PF1705116; PF1705531; PF1705532; PF1705113; PF1701536; PF1705520; PF1705533; PF1705464; PF1705534; PF1705119; BIB; PF1705114; MF 030; FRANÇA; EXTER; FRANCA; DMLP; PF1705384.</p>
Demais Dívidas Renegociadas	<p>11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados 11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados - Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados - Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados - Município</p> <p>Critérios Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.</p>
Ajustes para Perdas	<p>12111.99.02 Ajuste para Perda de Crédito com Liquidação Duvidosa 12114.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos 12115.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos 11294.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos 11295.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos 12111.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos 11291.04.01 Ajuste de Perdas 11394.01.01 *Ajuste de Perdas - Subgrupo 113 12124.99.03 Ajuste para Perdas de Outros Créditos</p> <p>Critérios</p>



	Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.
Demais Ativos Financeiros	
Haveres Externos (Garantias)	Sem informação.
Outros Créditos Bancários	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.02.01 Financiamento Concedidos a Receber - Exceto FAT 11241.02.03 Juros a Receber - Financiamentos Concedidos 11241.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber 11241.03.02 Juros a Receber - Operações Especiais 11241.03.04 Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber - Exceto FAT 11241.04.03 Encargos sobre Financiamentos Concedidos a Receber - Exceto FAT 11244.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber - Inter Estados 11245.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber - Inter Municípios 11241.03.03 Operações Especiais Securitizadas 11244.03.03 Operações Especiais Securitizadas - Inter Estados 11245.03.03 Operações Especiais Securitizadas - Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber - Exceto FAT 12111.03.12 Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber 12111.03.14 Créditos de Operações Especiais a Receber 12111.03.16 Juros a Receber - Operações Especiais 12111.03.20 Operações Especiais Securitizadas 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Estados 12114.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber - Exceto FAT - Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Municípios 12115.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber - Exceto FAT - Municípios
	Critérios Unidade Gestora 170705 - "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)" Unidade Gestora 170526 - "COFIS - Projeto Bird" Unidade Gestora 170700 - "Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais"
Ajustes para Perdas (Outros Créditos Bancários)	11291.04.01 Ajuste de Perdas 11291.04.03 Ajuste de Perdas em Operações Especiais 12111.99.04 *Ajuste de Perdas - Empréstimos e Financiamentos Concedidos 12111.99.07 *Ajuste de Perdas - em Operações Especiais
	Critérios Unidade Gestora 170705 - "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)" Unidade Gestora 170526 - "COFIS - Projeto Bird" Unidade Gestora 170700 - "Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais"
(-) Restos a Pagar Processados	62292.01.03 Empenhos Liquidados a Pagar 63130.00.00 RPNP Liquidados a Pagar 63210.00.00 RP Processados a Pagar 62292.01.07 Empenhos Liquidados a Pagar Inscritos em RPP
	Critérios Ação de Governo EXCETO 0005 - "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)". 62292.01.02 Empenhos em Liquidação 62292.01.06 Empenhos em Liquidação Inscritos em RPNP 63120.00.00 RP Não Processados a Liquidar em Liquidação
	Critérios Unidade Gestora EXCETO 170600 - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública

3) DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - ANEXO 3 - LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "C" E ART. 40, § 1º, com metodologia elaborada pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública, conforme a Nota Técnica SEI nº 2105/2023/ME, de 19 de janeiro de 2023, relativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias da União - Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre de 2022.

1. A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2022, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 13ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.447, de 2022.

LRF, art.55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1 - Anexo II

R\$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	234.129.559,21	211.980.420,78	218.301.227,12	213.843.827,83
Em Operações de Crédito Externas	137.389.718,73	119.391.754,33	124.357.125,60	123.783.660,54
Em Operações de Crédito Internas	96.739.840,48	92.588.666,44	93.944.101,52	90.060.167,29
AOS MUNICÍPIOS (II)	30.544.394,41	27.932.682,99	29.216.669,47	30.879.270,82
Em Operações de Crédito Externas	22.351.792,66	19.767.617,23	20.927.141,88	21.702.328,18
Em Operações de Crédito Internas	8.192.601,75	8.165.065,75	8.289.527,59	9.176.942,63
ÀS ESTATAIS FEDERAIS (III)	29.544.452,84	25.467.608,32	25.582.683,58	24.506.656,91
Em Operações de Crédito Externas	21.550.765,86	18.329.008,37	19.095.738,35	18.370.315,57
Em Operações de Crédito Internas	7.993.686,97	7.138.599,95	6.486.945,23	6.136.341,34
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	9.192.301,01	8.001.525,44	7.470.508,06	7.622.370,91
Em Operações de Crédito Externas	9.192.301,01	8.001.525,44	7.470.508,06	7.622.370,91
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (I + II + III + IV)	303.410.707,47	273.382.237,52	280.571.088,24	276.852.126,47
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
DOS ESTADOS (VI)	234.129.559,21	211.980.420,78	218.301.227,12	213.843.827,83
Em Garantia às operações de Crédito Externas	137.389.718,73	119.391.754,33	124.357.125,60	123.783.660,54
Em Garantia às operações de Crédito Internas	96.739.840,48	92.588.666,44	93.944.101,52	90.060.167,29
DOS MUNICÍPIOS (VII)	30.544.394,41	27.932.682,99	29.216.669,47	30.879.270,82
Em Garantia às operações de Crédito Externas	22.351.792,66	19.767.617,23	20.927.141,88	21.702.328,18
Em Garantia às operações de Crédito Internas	8.192.601,75	8.165.065,75	8.289.527,59	9.176.942,63
DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	5.968.772,19	5.209.891,25	4.808.386,70	4.552.221,18
Em Garantia às operações de Crédito Externas	2.006.814,58	1.653.149,47	1.700.656,39	1.593.540,73
Em Garantia às operações de Crédito Internas	3.961.957,61	3.556.741,78	3.107.730,31	2.958.680,45
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	9.192.301,01	8.001.525,44	7.470.508,06	7.622.370,91
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.192.301,01	8.001.525,44	7.470.508,06	7.622.370,91
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VI + VII + VIII + IX)	279.835.026,82	253.124.520,45	259.796.791,36	256.897.690,74

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa nº 59, aprovada pelo TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externo e o total honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

4. Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão "Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas; e
- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas.

5. Por sua vez, a contabilização correspondente às contragarantias recebidas pela União está registrada na gestão "Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito internas; e
- 8.1.1.1.1.04.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito externas.

6. Seguindo o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, a partir de 2018, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito passaram a ser registrados seguindo classificação por tipo de mutuário (estados, municípios, estatais federais e entidades controladas) e tipo de dívida (externa ou interna). As contas de controle no SIAFI foram ajustadas de modo a atender a nova classificação, sem prejuízo dos valores apurados no fechamento do exercício anterior.

7. As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/12/2022 (PTAX de venda do fechamento).

8. Ao final do 3º trimestre de 2022, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R\$ 276,85 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R\$ 171,48 bilhões, equivalente a 61,94% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R\$ 105,37 bilhões, R\$ 38,06% do total.

9. Em comparação com o trimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou uma redução no valor de R\$ 3,72 bilhões (1,33%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se uma queda de R\$ 3,35 bilhões (3,08%) em relação ao último trimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas sofreu uma queda de R\$ 371,84 milhões (0,22%) durante o 3º trimestre de 2022.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstos nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas no caso de dispensa de contragarantias elencado acima.

13. Em atenção às determinações contidas no Acórdão nº 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União - TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela "Garantias Externas - Razões para Dispensa de Contragarantias", atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.

Valores em Reais 1,00							
DISPENSA DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado de Origem	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Externa				19.543.951.284,72	16.675.858.898,30	17.395.081.954,76	16.776.774.835,10
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				19.543.951.284,72	16.675.858.898,30	17.395.081.954,76	16.776.774.835,10
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BID1608/OC-BR	23/09/05	USD	1.000.000.000,00	1.395.125.000,00	1.076.053.125,00	1.132.906.250,00	978.318.750,00
BID1860/OC-BR	19/10/07	USD	1.000.000.000,00	2.092.687.500,00	1.690.940.625,00	1.780.281.250,00	1.630.531.250,00
BID2023/OC-BR	19/03/09	USD	1.000.000.000,00	2.615.859.375,00	2.152.106.250,00	2.265.812.500,00	2.119.690.625,00
BID2236/OC-BR	13/12/10	USD	1.000.000.000,00	3.139.031.250,00	2.766.993.750,00	2.751.343.750,00	2.608.850.000,00
BID3866/OC-BR	10/11/17	USD	750.000.000,00	4.185.375.000,00	3.601.483.928,56	3.791.767.857,13	3.726.928.571,40
BID4358/OC-BR	01/08/18	USD	600.000.000,00	1.857.302.755,22	1.637.175.518,90	1.723.675.471,60	1.736.555.610,77
BID4672/OC-BR	11/12/20	USD	750.000.000,00	4.185.375.000,00	3.689.325.000,00	3.884.250.000,00	3.913.275.000,00
BIRD7964-BR	05/12/11	USD	50.000.000,00	73.195.404,50	61.780.700,85	65.044.876,03	62.625.027,93
Interna				4.031.729.362,18	3.581.858.168,81	3.379.214.925,95	3.177.660.889,67
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				4.031.729.362,18	3.581.858.168,81	3.379.214.925,95	3.177.660.889,67
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BNDES - 2010578	14/04/10	BRL	5.916.460.013,00	1.823.207.953,08	1.431.313.072,89	1.282.267.748,03	1.133.152.805,93
BNDES - 2010589	30/11/10	BRL	3.468.868.873,04	2.208.521.409,10	2.150.545.095,92	2.096.947.177,91	2.044.508.083,74
TOTAL INTERNA E EXTERNA				23.575.680.646,90	20.257.717.067,11	20.774.296.880,71	19.954.435.724,77

14. A Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, determina a divulgação de todas as operações de crédito externas, com garantia da União, contratadas ao longo do período de referência do Relatório de Gestão Fiscal. As operações de crédito externas, garantidas pela União, contratadas ao longo de 2022 são elencadas no Anexo III.

ANO	CONTRATO	CREDOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	DESCRIÇÃO
2022	Fonplata BRA-29/2021	FONPLATA	Município de Indaiatuba/SP	30/03/2022	USD	30.000.000,00	Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos de Indaiatuba/SP - Rio Jundiá Limpo
2022	BID4970/OC-BR	BID	Estado da Bahia	19/04/2022	USD	40.000.000,00	PROFISCO II - BA
2022	Fonplata BRA-26/2020	FONPLATA	Município de Cascavel/PR	04/08/2022	USD	27.500.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano de Cascavel - PDU
2022	CFA011792	CAF	Município de Iguatu/CE	23/08/2022	USD	38.000.000,00	Programa de Infraestrutura Urbana de Iguatu/CE - PROINFI
2022	BIRD9069-BR	BIRD	Município de Belo Horizonte/MG	15/09/2022	USD	80.000.000,00	Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte
2022	CFA011815	CAF	Estado de São Paulo	15/09/2022	USD	550.000.000,00	Expansão da Linha2 Verde e Aquisição de Material Rodante
2022	BIRD9380-BR	BIRD	Estado de Goiás	22/09/2022	USD	500.000.000,00	Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Goiás
2022	BID5402/OC-BR	BID	Estado do Paraná	22/09/2022	USD	90.560.000,00	Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná
2022	BID4960/OC-BR	BID	Estado de São Paulo	29/09/2022	USD	79.866.302,00	Projeto de Recuperação do Rio Tietê à Montante da Barragem da Penha, no Estado de São Paulo - Renasce Tietê
2022	Fonplata BRA-32/2021	FONPLATA	Município de Blumenau/SC	03/10/2022	USD	50.000.000,00	Programa de Infraestrutura Urbana e Saneamento - BLUMENAU MELHOR
2022	CFA011827	CAF	Município de Itapipoca/CE	04/10/2022	USD	50.000.000,00	PRODESA - Programa de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental
2022	Fonplata BRA-28/2021	FONPLATA	Município de Sorocaba/SP	10/10/2022	USD	16.000.000,00	Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - Desenvolve Sorocaba
2022	BID5423/OC-BR	BID	Estado do Amazonas	11/10/2022	USD	80.000.000,00	Programa Social e Ambiental de Manaus e Interior - PROSAMIN
2022	CFA011840	CAF	Município de São Caetano do Sul/SP	20/10/2022	USD	50.000.000,00	Programa de Desenvolvimento e Saneamento Ambiental
2022	NDB - 21BR03	NDB	Município de Sorocaba/SP	20/10/2022	USD	40.000.000,00	Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - Desenvolve Sorocaba
2022	Fonplata BRA-31/2021	FONPLATA	Município de Criciúma/SC	27/10/2022	USD	25.000.000,00	Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana de Criciúma/SC - 2ª Etapa
2022	BID5516/OC-BR	BID	Estado do Ceará	17/11/2022	USD	31.000.000,00	Programa para a Transformação Digital do Governo do Estado do Ceará (Programa Ceará Mais Digital)
2022	BIRD9378-BR	BIRD	Estado do Paraná	23/11/2022	USD	130.000.000,00	Programa Paraná Eficiente - Projeto de Inovação e Modernização da Gestão Pública
2022	BID5541/OC-BR	BID	Estado do Ceará	29/11/2022	USD	150.000.000,00	Programa de Qualificação da Infraestrutura Rodoviária Estadual - InfraRodoviária Ceará
2022	BID5411/OC-BR	BID	Estado de Sergipe	29/11/2022	USD	27.900.000,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Sergipe
2022	CFA011872	CAF	Estado do Ceará	29/11/2022	USD	60.000.000,00	Programa de Saneamento das Localidades Litorâneas do Ceará - PROSATUR
2022	BID5435/OC-BR	BID	Estado do Pará	21/12/2022	USD	100.000.000,00	Projeto de Desenvolvimento de Saneamento do Pará - PRODESAN
2022	NDB - 20BR05	NDB	BRDE	30/12/2022	EUR	134.640.000,00	Programa de Apoio à Infraestrutura Urbana, Rural e Social para Atingimento das ODS - BRDE

15. Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, informamos que, no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, a União realizou pagamentos referentes a honras de garantias concedidas em operações de crédito externas e internas, cujos montantes estão relacionados no Anexo IV desta Nota.

Mutuário	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Estados	2.361,87	4.031,34	4.805,60	8.350,24	13.265,20	8.963,28	9.750,86	51.528,38
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	8.250,81	4.180,46	3.975,34	30.693,87
Minas Gerais	-	-	553,15	3.307,90	3.175,94	3.130,04	1.979,04	12.146,07
Goiás	-	-	33,59	770,15	553,18	1.301,48	1.288,31	3.946,71
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-	-	886,57	886,57
Maranhão	-	-	-	-	280,16	-	547,90	828,07
Pernambuco	-	-	-	-	354,85	-	443,86	798,71
Piauí	-	-	126,95	-	62,25	-	352,16	541,36
Rio Grande do Norte	-	-	-	139,41	148,28	156,98	35,11	479,77



Amapá	-	-	-	90,18	82,26	194,32	-	366,76
Alagoas	-	-	-	-	-	-	242,57	242,57
Bahia	-	-	-	-	239,80	-	-	239,80
Roraima	27,42	41,89	64,00	-	2,27	-	-	135,58
Mato Grosso	107,13	-	-	-	-	-	-	107,13
Tocantins	-	-	-	-	88,86	-	-	88,86
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	25,60	-	-	25,60
Paraíba	-	-	-	-	0,65	-	-	0,65
São Paulo	-	-	-	-	0,29	-	-	0,29
Municípios	15,81	28,49	17,49	3,43	66,23	1,56	32,06	165,08
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	-	4,50	-	-	61,41
Taubaté - SP	-	-	-	-	-	-	32,06	32,06
São Bernardo do Campo - SP	-	-	-	-	30,10	-	-	30,10
Goiânia - GO	-	-	-	-	11,95	-	-	11,95
Novo Hamburgo - RS	-	-	-	-	8,10	-	-	8,10
Belford Roxo - RJ	1,17	-	-	1,59	3,60	1,56	-	7,93
Chapecó - SC	2,27	-	-	-	3,76	-	-	6,03
Cachoeirinha - RS	1,45	-	-	1,83	2,54	-	-	5,82
Rio Grande - RS	-	-	-	-	1,68	-	-	1,68
Total Geral	2.377,68	4.059,83	4.823,09	8.353,67	13.331,43	8.964,84	9.782,93	51.693,46

16. Feitas tais considerações, sugerimos o encaminhamento da presente Nota e anexos para providências da Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT.

Os valores acima podem diferir do Anexo 3 publicado neste Relatório, porque não estão computados os valores de Garantias por meio de Fundos e Programas no anexo encaminhado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida (CODIV). Além disso, até recentemente, como foi o caso do exercício de 2018, aquela Coordenação-Geral agregava aos seus valores informações encaminhadas pelas entidades posteriormente ao fechamento do mês no SIAFI, diferindo deste demonstrativo, que leva em consideração exatamente os saldos no sistema até o fechamento do quadrimestre.

Os valores são verificados de forma independente pela Coordenação-Geral de Contabilidade Pública (CCONT), por meio do sistema Tesouro Gerencial, com base nos seguintes critérios:

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

GARANTIAS CONCEDIDAS		
AOS ESTADOS (I)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 - Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 - Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
AOS MUNICÍPIOS (II)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 - Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 - Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 - Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000071
		CG0000072
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 - Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000066
		CG0000067
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	Conta Contábil	81211.01.04 - Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000068; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAU; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAU; CGASCA001; CGASCA007; CGASPN001
	OU	
	Conta Contábil	81211.01.10 - Seguros Garantia a Executar
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)		
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		
DOS ESTADOS (VII)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 - Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 - Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 - Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 - Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 - Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000071
		CG0000072
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 - Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000066
		CG0000067
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	Conta Contábil	81111.03.04 - Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000068; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAU; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAU; CGASCA001; CGASCA007; CGASPN001
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)		

4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ANEXO 4 - LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA "D" E INCISO III ALÍNEA "C"

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	Soma das Operações Mobiliárias e Contratuais.
Mobiliária	Soma das Operações Internas e Externas.
Interna	Soma dos itens abaixo.
Refinanciamento	62131.00.00 Restituições



	62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Critérios Natureza de Receita Começa com: 2111002 OU 8111002 Natureza de Receita 21110200;21110201; 81110200; 81110201
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	89611.03.09 Emissão Interna por Assunção de Dívidas - CP 89611.03.10 Emissão Interna por Assunção de Dívidas - LP
Outras Internas - Orçamentárias	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Critérios Natureza de Receita Começa com: 2111001 OU 2111003 Natureza de Receita 21110300;21110301;21110100;21110101
Outras Internas - Extraorçamentárias	Soma dos itens abaixo.
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	89611.03.03 Emissão Interna por Aporte ao BACEN - CP 89611.03.04 Emissão Interna por Aporte ao BACEN - LP
Aporte em Empresas	89611.03.11 Emissão Interna por Aporte em Empresas - CP 89611.03.12 Emissão Interna por Aporte em Empresas - LP
Trocas e Demais Operações Internas	89611.03.01 Emissão de Títulos de Curto Prazo - Mercado 89611.03.02 Emissão de Títulos de Longo Prazo - Mercado 89611.03.05 Emissão de Títulos de Curto Prazo - TDA 89611.03.06 Emissão de Títulos de Longo Prazo - TDA
Externa	Soma dos itens abaixo.
Refinanciamento	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Critérios Natureza de Receita Começa com: 2121002
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Mobiliárias Externas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada 89611.03.07 Emissão de Títulos de Curto Prazo - Externo 89611.03.08 Emissão de Títulos de Longo Prazo - Externo (EXCETO para as contas contábeis de emissão de títulos)
	Critérios (EXCETO para as contas contábeis de emissão de títulos) Natureza de Receita Começa com: 2121001
Contratual	Soma das Operações Internas e Externas.
Interna	Soma dos itens abaixo.
Abertura de Crédito	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Critérios Natureza de Receita Começa com: 2112001
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Contratuais Internas	212110398 Outros Contratos - Empréstimos Internos
Externa	Soma dos itens abaixo.
Abertura de Crédito - Orçamentárias	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Critérios Natureza de Receita Começa com: 2122001 Natureza de Receita 21220100;21220101;21220102
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias	Sem informação.
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Contratuais Externas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Critérios Natureza de Receita Começa com: 2119001 OU 2129001
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Informações obtidas no Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	Operações que devem ser levadas em consideração no cumprimento do limite.
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	Soma dos itens abaixo.
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Critérios Grupo de Despesa 6 (Amortização/Refinanciamento da Dívida)
Concessão de Garantias	Saldo de concessões de garantias no ano, obtido no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal.
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (I) + (II) - (III)	

5) DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - ANEXO 5 - LRF, ART. 55

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo; - Mês de referência: 14 (o código 14 indica exercício fechado no SIAFI); - Poder UG Executora: Executivo, exceto os Órgãos Ministério Público da União (34000) e Conselho Nacional do Ministério Público da União (59000); Composição das colunas do relatório:

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	(a) + 1.1.1.0.0.00.00 ("Caixa e Equivalentes de Caixa") com ISF (Indicador de Superávit Financeiro) igual a "F". + Valor positivo da equação "8.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar - Recursos a Receber - Autorizado - Inscrição) - 8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar - Recursos a Liberar - Autorizado - Inscrição)", ou seja, o valor líquido dos recursos a receber para pagamento de restos a pagar. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. + Valor positivo da equação "8.9.4.3.2.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Receber) - 8.9.4.3.1.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar)", ou seja, o valor líquido dos recursos a receber relacionados a TED. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado.

OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores	(b)	+ 6.3.2.1.0.00.00 (Restos a Pagar Processados a Pagar); + 6.3.1.3.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar).
		Do Exercício	(c)	+ 6.3.2.7.0.00.00 (Restos a Pagar Processados Inscritos no Exercício).
	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		(d)	+ 6.3.1.1.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Pagar); + 6.3.1.2.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); + 6.3.1.5.1.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar Bloqueados por Decreto); + 6.3.1.5.2.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados).
	Demais Obrigações Financeiras		(e)	+ 2.0.0.0.0.00.00 com filtro "ISF Lançamento" igual a "F"; - 2.1.8.9.2.39.01 (Cota Recebida Diferida); - 2.1.8.9.2.39.02 (Repasse Recebido Diferido); - 2.1.8.9.2.39.03 (Sub-Repasse Recebido Diferido); - Colunas "b" e "c"; - 6.3.1.2.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); - 6.3.1.5.2.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados); - 5.3.1.7.2.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação); + Valor positivo da equação "8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar - Recursos a Liberar - Autorizado - Inscrição) - 8.2.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar - Recursos a Receber - Autorizado - Inscrição)". Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. + Valor positivo da equação "8.9.4.3.1.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar) - 8.9.4.3.2.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Receber)", ou seja, o valor líquido dos recursos a liberar relacionados a TED. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado.
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)			(f) = (a - (b + c + d + e))	Para apurar a Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em RPNP do Exercício), subtraímos da coluna "a" (Disponibilidade de Caixa Bruta) a soma das colunas "b", "c", "d" e "e".
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO				+ 5.3.1.7.1.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício a Liquidar); + 5.3.1.7.2.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação).
EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)				+ 6.3.1.9.1.00.00 (Cancelamento por Insuficiência de Recursos).

Linhas Agregadas	Fonte de Recursos	Fonte Detalhe	Mudança no TG em 2022	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS	00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO		
	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	= 017001; 032281; 392070; 980001; 980002	
	78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	= 980000	
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	= 711010; 980000	
	88	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO		
	98	DESVINCULACAO DE RECURSOS		
1. Recursos vinculados à Educação	99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL		
	12	REC.DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		
	13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	EXCETO 150071	
	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	= 261010	
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	= 261010	
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	= 261010	
	93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SALE.DUC.		
	2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	
		17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTARIAS P/ O MONTEPIO CIVIL	
		18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	= 033907; 033908; 033909; 033911; 110244
23		CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES		
36		RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	= 369010; 253030	
39		ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	= 191372; 209262	
42		COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	= 369010	
51		RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL		
53		REC.DEST.ÀS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL		
55		CONTRIB. S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA		
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	70	REC. PROPRIOS PRIMARIOS C/ APLICACAO ESPECIFICA	= 120350; 120550; 262830; 270013; 270014; 270027; 270037; 701202; 701223; 702303	
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	= 369010; 369011; 057202	
	94	DOACOES PARA COMBATE A FOME		
	56	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR P/ PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR PUBLICO		
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.PUBLICO		
	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	= 559020	
	50	RECURSOS PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	= 017250	
	54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL		
	63	RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	= 339040; 409040	
	80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	= 339040	
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	= 559020	
	07	OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		
	60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO		
	61	CERTIFICADOS DE PRIVATIZACAO		
	67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE		
	89	REC. OPER. OF. CRED - RETORNO REF. DIV. CLUB. PARIS		
6. Recursos da Dívida Pública	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	= 751010	
	43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL		
	44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL		
	46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA		
	47	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - BENS/SERVICOS		
	48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA		
	49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVICOS		
	52	RESULTADO DO BACEN		
	59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS		
	71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB		
	73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.		
	64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA		
	97	DIVIDENDOS DA UNIAO		
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	14	REC. APLIC. DESP. DE CAPITAL PROGR. DE HABITACAO SOCIAL		
	62	RECURSOS DA UNIAO DECORRENTES DA ALIEN.DE BENS E DIREITOS DO PATRIM.PUBLICO		
	63	RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	EXCETO 339040; 409040	
	65	ALIENACAO DE OBRIGACOES DO FND		
	87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	01	TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS		
	02	TRANSFERENCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL		
	11	CONTRIB.DE INTERVENÇÃO ECONOMICA -CIDE COMBUSTIVEIS	= 017337	
	13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	= 150071	
	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	= 033905; 033910	



	19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO			
	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	=	442081; 442082; 731040	
	34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	=	001198; 032000; 032001	
	41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	=	32000	
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	=	032284; 032290; 999995; 999996; 999997; 999999	
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	=	471010	
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE			
	11	CONTRIB.DE INTERVENÇÃO ECONOMICA -CIDE COMBUSTIVEIS	EXCETO	017337	
	15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA			
	16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA			
	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	EXCETO	033905; 033907; 033908; 033909; 033910; 033911; 751010; 110244	
	20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS			
	27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO			
	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	EXCETO	017001; 032281; 392070; 442081; 442082; 731040; 980001	
	30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL			
	31	SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAF			
	32	RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF			
	33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO			
	34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	EXCETO	001198; 032000; 032001	
	35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE			
	37	COTA-PARTE DOS PRECOS DE REAL. DOS COMB. AUTOM.			
	39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	EXCETO	191372; 209262	
	40	CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP			
	41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	EXCETO	32000	
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	EXCETO	032284; 032290; 261010; 369010; 999995; 999996; 999997; 999999	
	50	RECURSOS PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	EXCETO	017250	
	57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS			
	58	FONTE EXCLUÍDA EM 2018 E SUBSTITUÍDA PELA 32			
	66	RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA			
	70	REC. PROPRIOS PRIMARIOS C/ APLICACAO ESPECIFICA	EXCETO	120350; 120550; 262830; 270013; 270014; 270027; 270037; 701202; 701223; 702303	
	72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS			
	74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD			
	75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS			
	76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS			
	78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	EXCETO	980000	
	79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA			
	80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	EXCETO	339040	
	81	RECURSOS DE CONVENIOS			
	82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES			
	83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS			
	84	CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS			
	85	DESV. PARCIAL DE REC. DA COTA - PARTE COMP. FINAN.			
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	EXCETO	471010; 711010; 980000; 261010; 369010; 369011; 057202; 559020	
	92	SALDOS EXERCICIOS ANTERIORES - REC.DO TESOIRO			
	95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS			
	96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC			
10. Outros Recursos Vinculados	09	RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			
	21	APLICACOES DEFINIDAS NA ADPF Nº568			
	22	RECURSOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO COVID-19			
	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	EXCETO	369010; 261010; 559020; 253030	
	90	RECURSOS DIVERSOS			
		Demais códigos contidos no Tesouro Gerencial que não se encaixam nas demais fontes.			
11. Recursos a Classificar	77	RECURSOS A CLASSIFICAR			

6) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - ANEXO 6 - LRF, ART. 48
As informações são obtidas dos Anexos 1 a 4.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS RENDA FIXA LONGO PRAZO

CNPJ: 04.150.673/0001-89
ADMINISTRADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CNPJ: 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA
Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Aplicações - Especificações	Quantidade	Custo total	Mercado/ realização	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades			10	0,01
Operações compromissadas	80.417	-	75.240	39,79
Letras do Tesouro Nacional	80.417	-	75.240	39,79
Títulos Federais	8.837	111.217	111.351	58,89
Letras Financeiras do Tesouro	8.837	111.217	111.351	58,89
Títulos em garantia de operações em bolsa	200	2.523	2.523	1,32
Letras Financeiras do Tesouro	200	2.523	2.523	1,32
Valores a receber			1	0,00
Despesas Antecipadas			1	0,00
Total do ativo			189.125	100,01
Valores a pagar			27	0,01
Comissões e corretagens			1	0,00

